



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA, E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO**  
**CAMPUS SÃO VICENTE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

(Processo Administrativo n.º 23197.026384.2017-92)

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS (LÂMPADAS), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

**1.2.** Estimativa de consumo individualizada, do órgão gerenciador e participantes;

Nº item	Catmat	Descrição	Und	Vlr. Unit.	Quant. Min.	Quant. Max.	Total
1	428741	Lâmpada TUBULAR LED potência 9w tensão elétrica (V):110-220vVida útil (h): 40.000 h Temperatura da Cor (k): 6500k / 4000k Cor da luz:Branco Frio (Azulada) / Branco base G13 tipo T-8	unid.	33,50	1	2211	74.035,00
2	13188	Lâmpada convencional led, bulbo simples, base e-27, tensão 110/220 volts, 20 watts, luz branca, vidro com acabamento leitoso.	Unid	35,86	1	2190	78.533,40
3	13188	Lâmpada de Led Classic A60- Cor Branca, Equivalência de 60W, Fluxo Luminoso 870 lm, Vida Útil 25.000 mil horas, base E27, Produto com Eficiência energética, com redução de ate 90% no consumo de energia, durabilidade de ate 45 vezes mais do que as lâmpadas convencionais, produto Sustentável e com Garantia.	Unid	22,36	1	850	19.006,00

4	13188	Lâmpada dicroica de led, base bipino anticorrosiva, vidro frontal protetor e bloqueador de raios ultravioleta, bivolt, potencia 50w	Unid	19,00	1	485	9.215,00
5	13188	Lâmpada eletrônica compacta, bulbo triplo em u, base e-27, 220 volts, 25 watts, luz branca, percentual de economia 80%, vida útil mínima 8000 horas, conforme NBR iec 901.	Unid	12,20	1	820	10.004,00
6	22306	Lâmpada fluoresente 20 w.	Unid	10,20	1	390	3.978,00
7	22306	Lâmpada fluoresente 40w	Unid	12,40	1	810	10.044,00
8	22306	Lâmpada Fluorescente Tubular T5, Potência 54 W, Tem Cor (K) 6400, Base G5, Dimensão (mm): Diamentro 15 comprimento 1160, vida mediana 20.000 horas.	Unid.	10,75	1	440	4.730,00
9	22306	Lâmpada fluoresente, 40 w, 220 v, luz do dia, iluminação de ambientes	Unid	12,40	1	280	3.472,00
10	22306	Lâmpada fluoresente, compacto, bipino, 40 w, 150 mm, 30 mm, 220 v, cor branca, vida média 6.000 horas, luminária	Unid	16,90	1	250	4.225,00
11	22306	Lâmpada fluoresente, universal partida rápida, bipino médio, 40 w, 1.210 mm, 38 mm, 127 v, vida média 1.000horas/luz do dia e bulbo t-12	Unid	16,90	1	160	2.704,00
12	113042	Lâmpada halogena tubolar, bulbo longo, 220v, 300w, comprimento mínimo 114,7mm, vida útil mínima 2000 horas, conforme NBR iec 357.	Unid	12,89	1	40	515,60
13	113042	Lâmpada halógena, lampada halogena 500x240	Unid	12,89	1	30	386,70
14	434690	Lâmpada LED 7W E-27 bivolt 6000k 25000hs	Unid.	19,33	1	585	11.308,05
15	434145	Lâmpada LED soquete e-27 65000k de 30watts bulbo ovoide	unid.	19,60	1	1005	19.698,00
16	434145	Lâmpada LED soquete e-27 65000k de 50watts bulbo ovoide	unid.	70,90	1	819	58.067,10
17	428741	Lâmpada LED Tubular 18 Watts , cor de luz Branco Frio (6500K),base G13, eficiência luminosa 1900 lm, voltagem 100-240V.	Unid	25,10	1	1771	44.427,00
18	13188	Lâmpada ultra led, tipo refletor, 1000 watts, corpo em alumínio, vida útil 50.000 horas, cor branco frio 6000k, 100/220v	Unid	149,99	1	326	48.896,74

19	22349	Lâmpada vapor de mercúrio, formato ovóide, bulbo leitoso, base e-40, 220 volts, 400watts, vida útil mínima 15000 horas, conforme NBR 5120.	Und	39,6	1	183	7.246,80
20	42323	Lâmpada vapor metálico, formato tubular, bulbo leitoso base e-40, 220 volts, 400watts, vida útil mínima 15000 horas, conforme NBR iec 60662	Unid	52,08	1	390	20.311,20
21	22373	Lâmpada vapor sódio tubular 400w 55800lm e40		51,00	1	70	3.570,00
<b>TOTAL</b>							<b>434.373,59</b>

**1.3. Os itens são de participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.**

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Justifica-se a republicação do Edital referente o Processo 23197.026384.2017-92 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO devido a empresa ganhadora dos itens (LÂMPADAS) solicitar sua desclassificação no certame alegando que não teria condições de entregar os itens, este IFMT já está tomando as devidas providências no sentido de apuração de fatos e aplicação de sanções, visto que já existiam empenhos efetuados nos itens.

**2.2.** A contratação do Campus São Vicente em questão, tem como o objetivo de manter as condições, e melhorias da infraestrutura dos prédios do IFMT Campus SÃO VICENTE e CAMPI PARTICIPANTES, em busca de proporcionar melhores condições do ambiente para o desenvolvimento dos trabalhos, escritórios, laboratórios e salas de aulas, para discentes e servidores, faz-se necessária a aquisição dos materiais.

**2.3.** As quantidades foram estimadas considerando as necessidades em um período de 12 (doze) meses.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**3.1.** O caso concreto justifica a adoção do Sistema de Registro Preço (SRP), porquanto os produtos, bens comuns, de natureza alimentar (cuja quantificação de consumo pode ser apenas estimada), se enquadram nas seguintes hipóteses do Decreto n. 7.892/2013:

- a) Haverá necessidade de contratações frequentes;
- b) É mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;
- c) Não é possível definir previamente com exatidão o quantitativo a ser demandado pelo Campus Gerenciador.

## **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

**4.1.** O prazo de entrega dos produtos é de 20 (vinte) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, em remessa única e/ou parcelada, em dias úteis, de segunda a sexta feira, em horário comercial nos seguintes endereços relacionados abaixo:

- a) IFMT - **Alta Floresta** - Rua A, Bairro: Setor A, 198, Primeiro Andar - CEP: 78580-000, Telefone: (66) 3512-7000, Alta Floresta / MT.
- b) IFMT - **Campus Barra do Garças** - Estrada de acesso a BR-158, Radial José Maurício Zampa, s/n - CEP: 78600-000, Telefone: (66) 3402-0100, Barra do Garças / MT.
- c) IFMT - **Campus Cáceres** - Av. dos Ramires, s/n - CEP: 78200-000, Telefone: (65) 3221-2600, Cáceres / MT.
- d) IFMT - **Campus Cuiabá** - Rua Profa. Zulmira Canavarros, 93 - CEP: 78605-200, Telefone: (65) 3318-1400, Cuiabá / MT.
- e) IFMT - **Campus Confresa** - Av. Vilmar Fernandes, 300 - CEP: 78652-000, Telefone: (66) 3564-2600, Confresa / MT.
- f) IFMT - **Campus Campo Novo do Parecis** - MT 235 Km 12, s/n - CEP: 78360-000, Telefone: (65) 3382-6200, Campo Novo do Parecis / MT.
- g) IFMT - **Campus Diamantino** - Rodovia Roberto Campos - Novo Diamantino, None - CEP: 78400-970, Telefone: (65) 3337-1005, Diamantino / MT.
- h) IFMT - **Campus Juína** - Linha J, s/n - CEP: 78320-000, Telefone: (66) 3566-7300, Juína / MT.
- i) IFMT - **Campus Lucas do Rio Verde** - Avenida Universitária 1600-W - Bairro: Parque das Emas - CEP: 78455-000, Telefone: (65) 9686-6126, Lucas do Rio Verde / MT.
- j) IFMT - **Campus Primavera do Leste** - AVENIDA SANTO ANTÔNIO, Nº 1.075, Parque Eldorado – Primavera do Leste – MT. Telefone: (66)3498-2716.
- k) IFMT - **Campus Pontes e Lacerda** - Rodovia MT-473, s/n - CEP: 78250-000, Telefone: (65) 32668200/3266-8241, Pontes e Lacerda / MT.
- l) IFMT - **Campus Rondonópolis** - Rua Ananias Martins de Souza, nº 861 – Vila Mineira, Rondonópolis – MT . Telefone: (66)3427-2309.
- m) IFMT - **Reitoria** - Avenida Sen. Filinto Müller, 953 - Bairro: Duque de Caxias - CEP: 78043-400, Telefone: (65) 3616-4100, Cuiabá / MT.
- n) IFMT - **Campus Sinop** - Rua das Avenças, 2377, Setor Comercial, Centro - CEP: 78557-477-000, Telefone: (65) 9952-0013, Sinop / MT.
- o) IFMT - **Campus Sorriso** - Av. dos Universitários, 799, Bairro: Santa Clara - CEP: 78890-000, Telefone: (65) 9961-2297 - (65) 9985-6928, Sorriso / MT.
- p) IFMT - **Campus São Vicente** - SVC - Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Santo Antonio do Leverger - MT, Telefone: (65) 3341-2110.
- q) IFMT - **Campus Tangará da Serra** - Rua 28, 980 N - CEP: 78300-000, Telefone: (65) 3311-8500, Tangará da Serra / MT.

r) IFMT – **Campus Várzea Grande** – Avenida Tiradentes, nº 1300, Lot. Jardim Manaira, Petropolis, Varzea Grande – MT, CEP 78144-424;

- 4.2.** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 02 (dois) dias, do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 4.3.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.4.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.5.** Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do mesmo e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
  - 4.5.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.7.** Para os produtos industrializados, quando da entrega, o transcurso do prazo de validade de cada produto não poderá ser superior a 35% (trinta e cinco) do previsto originalmente, conforme a natureza do alimento.
- 4.8.** Não serão recebidos produtos com quantidade diferente da solicitada para maior ou para menor.
- 4.9.** Os produtos recusados por inadequação de quantidade ou qualidade deverão ser substituído ou complementados no prazo de 24 horas.
- 4.10.** O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela Administração.
- 4.11.** A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o Edital e seus Anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.
- 4.12.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, especialmente designado pela autoridade competente, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
  - 4.12.1.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 4.13.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 4.14.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 4.15.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 4.16.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.17.** Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga e outras para efetiva entrega dos produtos, correrão por conta da licitante adjudicada.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **5.1. São obrigações da Contratante:**

- 5.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.3.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade quando for o caso*;
- 6.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.1.7.** Abster-se de adquirir carne bovina proveniente de imóveis rurais que figurem na lista divulgada no site oficial de áreas embargadas pelo IBAMA ou submetidas à sanção administrativa de embargos de órgãos ambientais.
- 6.1.8.** Abster-se de adquirir carne bovina proveniente de cria, recria e engorda em áreas indígenas reconhecidas objeto de portaria declaratória do Ministério da Justiça ou objeto de interdição por ato da Presidência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI – bem como áreas reconhecidas por ato administrativo federal, estadual e municipal como unidades de conservação (exceto aquelas em que a legislação permita o exercício da atividade pecuária) ou objeto de interdição.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

*7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

- 9.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 9.1.1.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 10.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 10.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 10.1.3.** Fraudar na execução do contrato;
  - 10.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;
  - 10.1.5.** Cometer fraude fiscal;
  - 10.1.6.** Não mantiver a proposta.
- 10.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - 10.2.2.** Multa moratória de 0,2% (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
  - 10.2.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 10.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 10.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



- 10.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 10.3.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.3.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **11. DA SUSTENTABILIDADE**

- 11.1.** Deverão ser observados, na aquisição, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber:
- 11.1.1.** Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;
- 11.1.2.** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 11.1.3.** Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 11.1.4.** Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- 11.2.** A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar comprovação da observação dos critérios de sustentabilidade ambiental.

*São Vicente da Serra - MT 19 de setembro de 2018.*

**OSVALDO MARTINS CAPELANI**

**Diretor de Administração e Planejamento**

Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a continuidade do Processo. Desde que se obedeam as formalidades legais, bem como as estabelecidas neste Termo de Referência.

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LIVIO DOS SANTOS WOGEL**

**Diretor-Geral IFMT – Campus São Vicente**